REFERENCIAL
BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Nº 21/OUTUBRO A DEZEMBRO 90/ANO 6

EDITORIAL

O Referencial volta de novo à presença dos seus leitores sem que tenha sucedido o que se temia em Setembro, quando nestas mesmas colunas se falou da crise no Golfo Pérsico.

No entanto, a situação a que se chegou, de uma guerra anunciada para depois de 15 de Janeiro, não é de todo tranquilisante.

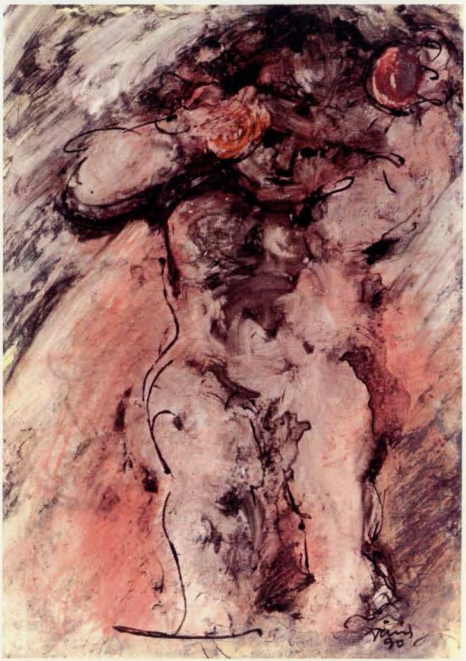
Embora a quadra festiva em que nos encontramos pouco signifique para alguns dos possíveis contendedores, seria desejável que todos a utilizassem como um último período de reflexão antes da tomada de decisões irrevogáveis. Que o bom senso prevaleça sobre os impulsos irreflectidos!

E são em primeiro lugar os dirigentes iraquianos que devem dar provas desse bom senso, retirando do Kuwait as suas tropas. A recente decisão de libertar até ao Natal todos os cidadãos de outros países que retêm contra sua vontade, é talvez um bom sinal de que a crise pode evoluir no sentido de uma solução pacífica.

E talvez só isso, o que no entanto é exigido pela quase totalidade da comunidade internacional, permitirá iniciar o processo de uma negociação mais ampla que englobe igualmente outros conflitos que se verificam no Médio Oriente.

Felizmente, alguns dos portugueses que se encontravam retidos no Iraque já regressaram a Portugal, e tudo leva a crer que em breve os restantes sigam o mesmo caminho. Os primeiros, e ao contrário do que em altas esferas se pretendeu afirmar, vieram sobretudo devido ao facto de terem acabado as tarefas que lá os tinham levado e terem sido desobrigados pelas entidades para quem trabalhavam. É necessário ter presente que, mesmo em tempos mais normais, quem vai trabalhar para estes países fica sujeito ao mesmo tipo de limitações nas suas deslocações para o exterior. Os restantes vão regressar jun-

(Continua na última página)



SUMÁRIO

Editorial	1
Ainda Timor-Leste Apelo a todos os nossos compatriotas, residentes na França	2
Documentos do nosso tempo	3
Evocando a nossa História	5
Convites recebidos	6
Vamos aprender Bridge! (H11)	7
Distinções	8
Os Cravos não murcham!	8

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
João C.G. Falcão de Campos

IMPRESSÃO:
Tip. - Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 65 35 93
1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4710 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO:
Apartado 678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO:
Apartado 3041
3000 Coimbra
NÚCLEO DO ALENTEJO:
Rua Bernardo Santareno, nº 2
Bairro das Nogueiras
7000 Évora

Depósito Legal Nº 32998/89

AINDA TIMOR-LESTE...

Da Associação Franco-Portuguesa "Les Amis du 25 Avril" recebemos o apelo que transcrevemos em seguida, e que consideramos como mais um sinal encorajador do interesse alargado que o problema de Timor-Leste está encontrando nos mais diversos meios internacionais.

APELO

A TODOS OS NOSSOS COMPATRIOTAS, RESIDENTES NA FRANÇA

Amigos,

A invasão do Koweit pelo exército iraquiano em Agosto passado provocou a maior mobilização mundial destes últimos 50 anos. O respeito do direito internacional parece ser, neste caso, uma motivação suficiente para embargos marítimos e aéreos, para deslocação de centenas de milhares de homens e de armas, para uma atenção dramatizada pelos mass-media e pelas declarações quotidianas de homens políticos e de especialistas de todo o género.

Toda essa inquietação nos parece, naturalmente, justificada. O direito internacional deve ser assegurado a cada povo. Dentro das suas fronteiras, cada povo deve ser soberano.

Como portugueses não podemos deixar de pensar no nosso Koweit esquecido — o Timor Leste, que morre no meio do silêncio geral.

No dia 7 de Dezembro de 1975, há 15 anos, o processo de transição para a independência de Timor foi brutalmente interrompido pela invasão militar indonésia.

Desde essa data, um terço da população, mais de 200 000 pessoas, foram assassinadas pelo ocupante indonésio, fazendo de Timor um dos maiores genocídios deste fim de século.

Timor-Leste, que continua a fazer parte dos "territórios a descolonizar", nas Nações Unidas, foi ilegalmente "integrado" no império indonésio, que continua a negar ao povo qualquer possibilidade de expressão da sua vontade de independência. Os direitos mais elementares, de expressão, de circulação, de associação, são espezinhados diariamente pelas botas dos militares colonialistas indonésios.

Amigos,

Apesar dos assassinatos e desaparecimentos, das torturas e prisões, o povo timorense continua a resistir, ou refugiado nas montanhas de armas na mão, ou nas cidades manifestando-se nas ruas.

A Igreja timorense continua a recusar a sua integração na Indonésia e encontrou em Monsenhor Ximenes Belo, Administrador Apostólico de Dili, um porta-voz corajoso do direito à auto-determinação do povo de Timor. A sua carta de Fevereiro 1989, dirigida a Perez de Cuellar, secretário-geral da ONU, reclamando a realização dum referendum nacional, recolheu as mais largas simpatias em meios políticos, diplomáticos e religiosos pelo mundo fora.

Ainda no passado mês de Janeiro, durante os dias 17, 18 e 19, aquando da visita do embaixador americano na Indonésia à cidade de Dili, capital de Timor-Leste, centenas de jovens ocuparam as ruas com bandeirolas e megafones para gritar bem alto a sua vontade de independência.

Só no mês de Fevereiro, apesar de não receberem ajuda de ninguém, recuperando apenas as armas do inimigo, as Forças Armadas de Libertação Nacional, as FALINTIL, sob o comando de Xanana Gusmão, mataram 31 soldados indonésios.

No próprio dia em que os militares indonésios festejavam a "integração" de Timor, jovens timorenses hastearam bandeiras do Fretilin em escolas da região de Dili e gritaram slogans independentistas.

Não se trata de fazer discursos triunfalistas (em Timor eles pagam-se com vidas) mas não podemos deixar de lembrar que, em 7 de Dezembro de 1975, os indonésios contavam "resolver" a questão em quinze dias e que quinze anos passaram e o povo timorense continua a não vergar.

(Continua na última página)

Gravura da capa: João Luís

DOCUMENTOS DO NOSSO TEMPO

Importantes para o conhecimento da actuação do MFA na acção militar do 25 de Abril de 1974, mantém-se inédita até hoje a generalidade dos relatórios operacionais das diversas forças interventoras naquela acção patriótica.

Decidimos iniciar a sua publicação, começando pelo da Escola Prática de Infantaria, sem que isto signifique qualquer conceito de valor relativo. Informa-se que, apesar de este relatório conter um anexo onde se faz uma análise à actuação do pessoal militar, nomeadamente no que se refere aos oficiais que apenas aderiram ao Movimento em 25ABR74 e aos Comandos da EPI, se decidiu não proceder à sua publicação.

E.P.I. - MAFRA - 091200MAI74

RELATÓRIO DA OPERAÇÃO DESENVOLVIDA A PARTIR DE 24/25 DE ABRIL DE 1974

1. SITUAÇÃO

As F.A., descontentes com o governo, retendem fazê-lo substituir.

2. MISSÃO

a) Ocupar, e defender das Forças Governamentais, o Aeroporto da Portela;
b) Ocupar e garantir o controlo da Vila de Mafra;
c) Ocupar e garantir o controlo do Aquartelamento.

3. FORÇA EXECUTANTE

a. **Comandante**

Major de Infantaria AURÉLIO MANUEL TRINDADE

b. **Comandantes das Sub-Unidades**

— Companhia de intervenção:
Comandante - Capitão de Infantaria RUI RODRIGUES
Adjuntos - Capitão de Infantaria ALBUQUERQUE
Capitão de Infantaria AGUDA
— Forças destinadas ao controlo da Vila de Mafra:
Comandante - Capitão de Infantaria VICENTE FERNANDES
Adjunto - Capitão de Infantaria BABO DE CASTRO
— Forças destinadas ao controlo de acessos:
Comandante - Tenente de Infantaria S. FERNANDES
— Forças destinadas à ocupação do Aquartelamento:
Comandante - Capitão de Infantaria SILVÉRIO

c. **Meios**

— Uma Companhia de Atiradores em 3 bigrupos de 50 homens cada.
— Dois grupos de combate a 40 homens cada.
— Um grupo de combate a 50 homens.
— Uma Companhia de Atiradores para a defesa do Aquartelamento.
— Reserva:
Uma Companhia de Atiradores.
Duas Companhias do C.O.M./2.º Ciclo

d. **Articulação das Forças**

— A indicada em c.

4. PLANOS ESTABELECIDOS PARA A ACÇÃO

a. Ao Toque de Ordem, saída do Aquartelamento dos Oficiais do Movimento para as suas casas de acordo com horários anteriores.
b. Em 242100ABR74 recolheram à E.P.I., os Oficiais do Movimento, que ficaram nos quartos até ser dado nos Emissores Associados de Lisboa o sinal do desencadear da Acção.
c. Em 242300ABR74 recolha à E.P.I. dos Oficiais, Praças e viaturas que estavam no campo, em exercícios finais do C.C.C./C.O.M..
d. Em 242400ABR74 os Oficiais do Movimento saíram dos seus quartos para formarem as Sub-Unidades de intervenção e contactarem com os Oficiais presentes na Unidade, que não estavam dentro do Movimento.
e. Em 250200ABR74 saída da Companhia para ocupação do Aeroporto.
f. Em 250215ABR74 saída das Forças para ocupação dos pontos chaves de Mafra, controlo da Vila de Mafra e controlo dos acessos a esta Vila.
g. Em 250400ABR74 ocupação do Aeroporto pelas Forças de intervenção.

5. DESENROLAR DA ACÇÃO

Em 242400ABR74 processaram-se as seguintes acções:

— Telefonema do Oficial de Dia para o Coronel FREITAS, informando-o de que havia uma chamada do QG/RML, pretexto este com vista à sua saída da residência.
— Os Comandantes das Forças de intervenção começaram a formar e a preparar as suas Sub-Unidades.
— O Comandante da defesa do Aquartelamento começa a assegurar a sua defesa, como se tivessemos entrado de "Prevenção Rigorosa".
— Em 250015ABR74 sai da sua residência o Coronel FREITAS, que foi abordado pelo Capitão SILVÉRIO e levado a um compartimento, onde se encontravam os Majores TRINDADE e CERQUEIRA DA ROCHA.
— Em 250016ABR74 o Coronel FREITAS é posto ao corrente da situação e começa a ser preparado para aderir ao Movimento.
— Em 250100ABR74, e a pedido do Coronel FREITAS, sai uma Equipe do Aquartelamento que se desloca a casa do Tenente Coronel ROCHA GOMES, para o trazer ao Aquartelamento.
— Em 250130ABR74 chega ao Aquartelamento o Tenente Coronel ROCHA GOMES e é-lhe exposta a situação.
— Em 250200ABR74 sai do Aquartelamento a Companhia auto-transportada destinada à ocupação do Aeroporto.
— Em 250230ABR74 saiem do Aquartelamento as Forças destinadas à ocupação dos "pontos chaves" na Vila de Mafra, ao controlo de acessos à Vila e ao controlo de toda a Vila.
— Em 250245ABR74 tinham sido ocupados os seguintes pontos chaves da Vila:
- Serviços Municipalizados
- Instalações da Companhia das Águas
- Correios Telégrafos e Telefones
- G.N.R.
- P.S.P.
- Delegação da Manutenção Militar
— Em 250400ABR74 a Companhia, depois de se ter deslocado de Mafra até à Portela, seguindo o itinerário MAFRA-MALVEIRA-LOURES-FRIELAS-CAMARATE-AEROPORTO, ocupou as seguintes dependências:
- Edifício principal, instalações da DGS, da Guarda Fiscal e Gabinete de Som

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

- Depósito de Combustíveis e Esquadra da P.S.P.
- Torre de controlo de tráfego aéreo.
- A partir das 25400ABR74 em Mafra terminaram as operações militares, sendo os deslocamentos existentes apenas necessários para a rendição do pessoal de vigilância e patrulhamento dos pontos ocupados.

— Em 251600ABR74 a Companhia instalada no Aeroporto recebeu ordem para com parte do seu efectivo se deslocar para o Largo do Carmo a fim de combater as forças do R.C. 7 fiéis ao Governo.

— Em 251700ABR74 a Companhia do Aeroporto recebeu ordem para ir ao R.A.L. 1 libertar os presos das Caldas, sendo anulada a ordem de ir para o Carmo. Deslocaram-se ao R.A.L. 1 o Capitão RODRIGUES e o Capitão ALBUQUERQUE que conversando com o Comandante da Unidade souberam que este tinha aderido ao Movimento há cerca de 30 minutos. Os presos foram libertos e os dois Oficiais regressaram ao Aeroporto.

— Finda esta missão, a Companhia recebeu nova missão de ir buscar a Monsanto o Ministro do Exército que ali se tinha refugiado. Deslocou-se aí o Capitão RODRIGUES com um efectivo de 33 homens; entabuladas conversações entre este Oficial e o General TAVARES MONTEIRO chegou-se à conclusão de que estavam em Monsanto as seguintes entidades:

- Ministro da Defesa
- Ministro do Exército
- Ministro da Marinha
- 4 Oficiais Generais

Todas estas entidades foram detidas e levadas sobre escolta para o R.E.1.

— Na madrugada do dia 26 a Companhia recebeu a missão de ir ao Largo de Camões a fim de evitar distúrbios.

— Em 260800ABR74 a Companhia foi substituída por Paraquedistas e foi-se apresentar no R.E.1 ao Comando do Movimento.

— Em 260900ABR74 a Companhia da E.P.I. começou a ser comandada pelo Major de Cavalaria BIVAR, o que bastante estranhou aos Oficiais da Companhia, já que todas as missões de importância tinham sido cumpridas cabalmente sem ser necessário um Oficial Superior no Comando desta. Por outro lado, se fosse necessário um Major para comandar a Companhia, estavam dois destes Oficiais na E.P.I., que para além de serem da máxima confiança dos Oficiais do Movimento, conheciam todos os Oficiais e Praças da Unidade. Tudo isto deu como consequência haver na Companhia dois Comandos distintos: um aceite e outro imposto, que veio trazer sérios problemas disciplinares pois as ordens eram cumpridas e não aceites, pelas Praças e Oficiais Subalternos.

— Em 261000ABR74 a Companhia da E.P.I. juntamente com uma Unidade da Marinha, tomou posse das instalações da DGS na rua António Maria Cardoso. Depois da ocupação do edifício, o resto da Companhia regressou ao R.E.1 deixando ficar nas instalações um grupo comandado pelo Capitão AGUDA.

— Assim que a Companhia chegou ao R.E.1 foi-lhe dada nova missão: controlar uma manifestação popular no Rossio. A missão foi cumprida tendo um indivíduo sido entregue no Comando Geral da P.S.P. por se suspeitar ser da DGS. A missão acabou cerca das 2200.

— Em 262330ABR74 nova missão levou parte da Companhia até às instalações do Jornal Época. Esta missão teve como consequência serem detidos 3 elementos de pertencerem à DGS tendo a Companhia regressado à A.M. cerca das 0330.

— Em 270800ABR74 parte da Companhia, juntamente com elementos da Marinha, apossou-se das instalações da Escola Prática da DGS em Sete Rios, tendo regressado à A.M. às 1200.

— Em 271000ABR74 a outra parte da Companhia sob o Comando do Capitão ALBUQUERQUE foi utilizada na escolta sob prisão, para a Trafaria, de um Comandante da L.P..

— Em 271100ABR74 o resto da Companhia que se encontrava na Rua António Maria Cardoso, sob o comando do Capitão AGUDA, foi utilizada na escolta para Caxias, de elementos da DGS.

— Em 271300ABR74 parte do efectivo da Companhia foi utilizado na ocupação das instalações da L.P., no Castelo de S. Jorge. Tendo sido ouvidos tiros na zona do Rossio, a força deslocou-se até a esta zona, onde foi detido um indivíduo que se tinha refugiado na Esquadra da P.S.P., como elemento suspeito da DGS que foi entregue em Lanceiros 2.

— Em 271600ABR74 marcharam da E.P.I. para Lisboa 3 Companhias de Atiradores comandadas pelo Major CERQUEIRA DA ROCHA, que se apresentaram no QG/RML.

— Em 281000ABR74 a Companhia iniciou o movimento para a E.P.I. onde chegou perto das 1200.

— Em tempo oportuno foram recolhidas pelas Forças de Mafra, as armas e munições da L.P. de Torres Vedras, Lourinhã, Cadaval e Mafra.

— Também em tempo oportuno foram ocupadas as instalações da L.P. em Torres Vedras, Lourinhã e Cadaval.

6. SERVIÇOS

a. Transportes

Estes serviços funcionaram normalmente, e dado que havia viaturas cedidas por empréstimo, para os exercícios finais do C.C.C./C.O.M., foi possível motorizar 4 Companhias qu chegaram a estar juntas em Lisboa e ficar com as viaturas mínimas para os serviços da Unidade.

b. Logística

Os serviços de alimentação funcionaram bem. Pelos estudos feitos antes do início da acção, havia em Mafra alimentação para 5 dias.

c. Munições

Foi assegurada a existência na Unidade das munições necessárias para o desenrolar dos acontecimentos.

7. APOIOS

A G.N.R., a P.S.P. e a população dera às Forças da E.P.I. todo o apoio necessário para que a missão atribuída fosse muito facilitada. Cabe aqui uma citação especial a todo o pessoal que trabalhava no Aeroporto, com relevo para o Sr. CHAVES DE ALMEIDA e o Director do Aeroporto que muito contribuíram para o bom sucesso da missão. Também ao Capitão Piloto Aviador MARTINS cabe uma citação muito especial pois foi graças a este Oficial que se garantiu a segurança do tráfego aéreo no território Nacional.

8. CONCLUSÕES E ENSINAMENTOS

Com determinação tudo se consegue.

9. DIVERSOS

Todo o pessoal que sob o comando do Capitão RODRIGUES cumpriu todas as

(Continua na última página)

EVOCANDO A NOSSA HISTÓRIA

JOSÉ XAVIER MOUSINHO DA SILVEIRA

EMPREENDEDOR DA MAIOR REFORMA SOCIAL DA NOSSA HISTÓRIA

Formado em Direito em Coimbra, juiz de fora em Marvão e Setúbal, provedor da comarca de Portalegre e, após o advento do liberalismo, foi administrador-geral da Alfândega e ministro da Fazenda entre Maio e Junho de 1823.

Preso durante a Abrilada (1824), deputado pelo Alentejo (1826), fixou-se em Paris quando da usurpação de D. Miguel (1828), até que em 1832 embarcou para a ilha Terceira na comitiva de D. Pedro, a quem já prestara serviços na angariação em Inglaterra de financiamento para a sua causa.

Em 3/3/1832 Mousinho da Silveira foi nomeado em Angra do Heroísmo ministro da Fazenda e interino da Justiça, cargos que desde Maio seguinte passou a exercer no Porto e dos quais se demitiu em Dezembro do mesmo ano, por discordar do sequestro dos bens do inimigo como forma de custear a guerra civil.

Foram curtos meses de uma profundíssima acção legislativa.

Em Março seguinte partiu para França, regressando ao País após a Convenção de Évora-Monte e reassumindo o seu cargo na Alfândega. No mesmo ano foi eleito deputado pelo Alentejo, tendo exercido saliente actividade parlamentar.

Não aderindo à Revolução de Setembro (1836), ele demite-se das funções e fixa-se novamente em Paris até ser, em 1839, uma vez mais eleito deputado pela sua província natal, onde, arredado da vida política desde 1840, passou quase todos os últimos anos da sua vida.

Nascido em Castelo de Vide a 12/7/1780 morreu em Lisboa a 4/4/1849.

Graças a ele, a vitória do partido constitucional foi acompanhada de uma transformação profunda nas instituições económico-sociais portuguesas, com o intuito de transformar o Portugal histórico, que vivia sobretudo do Brasil e tinha uma estrutura aristocrático-parasitária, numa Nação capaz de viver do seu trabalho e de proporcionar ao povo um nível de vida mais elevado.

Em Paris conservou-se até à época do embarque dos liberais para a Terceira em 1832. Chegou a dar na capital francesa lições de Economia Política a companheiros da emigração.

(Enc. Portuguesa-Brasileira)

Foi a Londres em Julho de 1831 negociar empréstimos para D. Pedro e, em Janeiro de 1832 era convidado a juntar-se à comitiva daquele que chegou a Angra a 3/3/1832.

Assumindo a regência em nome da filha D. Maria da Glória, D. Pedro nomeou novo governo em que entravam: Mousinho como ministro da Fazenda e interino da Justiça; Palmela como ministro dos Negócios Estrangeiros e interino do Reino; e Agostinho José Freire como ministro da Guerra e interino da Marinha.

Mousinho da Silveira começou imediatamente a sua grande obra de reformador das instituições económicas e jurídicas que estavam na base da sociedade portuguesa.

Legislar da Terceira e depois do Porto, para um reino onde se não tinha poder algum, parecerá obra vã; mas é que o estadista sabia que as suas leis se não promulgariam depois da vitória, quando muitos tratassem de "aderir", a fim de conservarem o usofruto das velhas prebendas, tornando assim a vitória inútil para a reformulação da sociedade.

O decreto de 16 de Março de 1832 reduziu os dízimos, nas ilhas, aos cereais, às frutas e ao vinho. Era um ensaio, um anúncio da abolição total, como o demonstrava este período: "A nação não pode ser rica no sistema actual das suas leis económicas... No tempo presente sabem todos que o dízimo não são 10 por cento, mas sim 30, 40 ou 50 e mais por cento, segundo a maior ou menor fertilidade da terra... Os dízimos serão abolidos sem dúvida". A 16 de Março decretava-se a amnistia dos crimes políticos; a 20, franqueava-se o regresso aos banidos por hostilidade ao governo da Terceira; a 29, legislava-se a liberdade do ensino. O decreto de 19 de Abril abolindo a sisa, propunha-se destruir os embaraços ao "comércio interior, ou seja de terra para terra, ou de província para província, em todo o reino". Os decretos de 13 e 18 de Abril tornaram efectivas as garantias da propriedade individual; o de 17 eliminou o confisco de entre as penas judiciárias; o de 16 de Maio, o mais famoso e amplo de todos, organizava a justiça, a fazenda, a administração, sobre bases inteiramente novas inspiradas sobretudo nas instituições francesas. Por aí se distinguiam e separavam as diferentes funções, suprimindo-se a confusão e coincidência de cargos militares, fiscais e judiciais; e, delimitada desta forma a esfera de cada função, constituíam-se os órgãos respectivos. "A mais bela e útil descoberta do século passado", dizia Mousinho no seu relatório, "foi sem dúvida a diferença de administrar e julgar". Na justiça, substituíam-se às antigas mesas, e a toda a velha hierarquia suprimida, as duas instâncias de tribunais, com o Supremo no ápice, juízes de paz electivos na base, e reformava-se correspondentemente o processo, instituindo-se o júri. Na fazenda, abolia-se o Erário com os seus antigos "serventuários", delimitava-se o Tesouro da Nação, criavam-se a lista civil e o apanágio da Coroa. A Junta dos Juros dava lugar à nova Junta do Crédito Público como dependência do Ministério da Fazenda, em vez de Tribunal. Mousinho mostrou-se partidário da separação da Igreja e do Estado e da secularização dos actos civis, mas as reacções posteriores não permitiram que tal doutrina viesse a impor-se. Se a abolição dos dízimos se pôde consumar sem forte resistência, já o mesmo se não deu no caso dos forais. A supressão destes iria prejudicar poderosos interesses particulares, tanto do lado dos miguelistas como do lado dos liberais, e o respectivo decreto de Mousinho suscitou por isso discórdias, discussões e repetidas leis, até que caiu definitivamente.

Como deputado pela província do Alentejo, os principais debates em que tomou parte foram o do projecto de lei referente às

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

indemnizações e o respeitante à venda dos bens nacionais. O primeiro determinava que todos os empregados que tivessem promovido representações pedindo a D. Miguel que se declarasse rei perdessem os empregos ou condecorações que houvessem recebido antes de se ter dado a usurpação. Mousinho defendeu o princípio da não retroactividade das leis, protestando contra a ideia de impor pena a actos que já se haviam praticado e contra os quais já existia lei. Nesta primeira discussão saíram vitoriosas as suas ideias mas não, infelizmente, na segunda. Nas duas questões verdadeiramente graves que ocuparam aquela assembleia, a das indemnizações e a dos bens nacionais, distinguiu-se pela estrénua defesa da verdade e dos interesses públicos contra a cegueira das opiniões facciosas e contra a rapacidade dos interesses pessoais. Na questão das indemnizações triunfou a boa razão e a política esclarecida; alguns oradores distintos lhe deram o seu apoio; e Portugal foi salvo de uma vergonha e de um flagelo. Com a dos bens nacionais não houve tão feliz sorte.

As leis de Mousinho da Silveira, segundo Almeida Garrett, "são um grande momento, são o termo onde verdadeiramente acaba o velho Portugal e de onde começa o novo".

Disse Herculano: "As suas leis transformaram completamente a sociedade Portuguesa".

«Filósofo e solitário, indiferente à ambição e à glória, inacessível às seduções das palavras e à tirania das formulas» como escreveu Oliveira Martins.

Mousinho da Silveira tinha como grande objectivo, fazer Portugal entrar no grémio da Europa e fazê-lo chegar ao estado de civilização em que os outros se encontravam. Para isso considerava necessário "fazer o maior bem ao maior número, aumentar os meios de trabalho, diminuir os ociosos, fazer povoar o Reino, plantar árvores, cultivar campos, e sobretudo fazer justiça", o que exigia amplas e profundas reformas, pois "sem a terra ser livre em vão se invoca a liberdade política: esta liberdade, sendo a faculdade de usar do seu direito, e incapacidade de abusar do direito alheio, depende da legislação criminal, e civil, e não pode durar no meio de estabelecimentos, cujo espírito é o de formar uma concatenação de escravos". Estas as razões da sua obra legislativa, que constituiu "a base jurídica do Portugal contemporâneo".

Barbosa Pereira

Fontes: Enciclopédias Luso-Brasileira e Portuguesa-Brasileira

CONVITES RECEBIDOS

— **Camara Municipal de Almada**
Conferência Recital: Recordar Guerra Junqueiro no Centenário de "Finis Patria"
21/9/90

— **Associação Sócio-Profissional da PSP**
Apresentação Pública dos seus Corpos Gerentes Nacionais
27/9/90

— **Os Verdes**
Encontro Nacional de Ecologistas
29/9/90

— **Galeria de Arte Capitel**
Inauguração da exposição de Olinda Colaço
29/9/90

— **Cooperativa Árvore/Colaboração c/ o Comissariado da II Bienal de Gravura da Amadora 90**
Exposição/Instalação Regina Silveira "AUDITORIUM"
4/10/90

— **Comissão Nacional de Homenagem ao General Humberto Delgado**
Convite para integrar a Comissão de Honra de Homenagem ao **General Humberto Delgado**
5/10/90

— **Câmara Municipal de Lisboa**
Hastear da Bandeira Nacional nas Com. do 80. Aniversário da Proclamação da República.
5/10/90

— **Centro Republicano da Ajuda**
Jantar Com. do 80 Aniversário da Proclamação da República
5/10/90

— **Partido Socialista Revolucionário - PSR**
VII Congresso Nacional
5-6-7/10/90

— **A Missão de Macau e a Cooperativa Árvore**
Exposição "Artistas Contemporâneos de Macau"
8/10/90

— **Quadrado Azul**
Exposição de Pintura e Escultura de Espiga Pinto
12/10/90

— **Partido Comunista Português**
Seminário "A Mulher na Comunidade Local"
13/10/90

— **Com. Uni. de Reformados Pensionistas e Idosos de Stª Iria de Azóia**
Comemoração do 9º Aniversário
14/10/90

— **Espaço Soares dos Reis e a Gaspe**
Exposição de cerâmica e pintura de Álvaro Queiróz e Teresa Torres
19/10/90

— **Galeria de Arte Capitel**
Exposição de Dias Coelho
20/10/90

— **Partido Comunista Português**
Encontro do PCP sobre a Independência Nacional
20-21/10/90

— **Associação dos Deficientes das Forças Armadas**
Lançamento público de 2 medalhas comemorativas da nova sede
24/10/90

— **Cor. Pereira de Castro (João Luís)**
Exposição de pintura na Galeria PAC
25/10/90

— **Centro Cultural Malaposta**
Exposição de pintura "Maldades" de Isabel Sabino
26/10/90

— **Cooperativa Árvore**
Exposição de Alberto Péssimo e Eva de Brito e Cunha
26/10/90

— **Galeria Liberdade 190**
Exposição de Guilherme Parente Boavida Amaro e José de Azevedo.
26/10/90

— **Junta de Freguesia Stª Maria dos Olivais**
Exposição s/ a obra de José Afonso, Adriano de Oliveira e Ary dos Santos.
27/10/90

— **Pioneiros de Portugal**
Festa "Queremos escolher a cor da natureza"
4/11/90

— **Clube do Sargento da Armada**
Colóquio "A componente militar na Defesa Nacional"
8/11/90

— **Galeria Quadrado Azul**
Exposição de pintura de Rui Aguiar
9/11/90

— **Galeria de Arte Capitel**
Exposição de Mário Salvador
10/11/90

— **CGTP-IN**
I Conferência Nacional de Reformados da CGTP-IN
10/11/90

— **Teatro da Cornucópia**
Estreia do espectáculo "Muito barulho por nada" de William Shakespeare
14-15/11/90

— **União dos Sindicatos de Setúbal**
IIº Congresso "Desenvolvimento - trabalho com direitos"
16/11/90

— **Associação de Amizade Portugal-Cabo Verde**
Recital para piano e guitarra clássica de Vasco Martins
26/11/90

— **A Associação Intervenção Democrática**
Debates sobre "Direitos Individuais: A Lei e a Prática"
29/11/90

— **Galeria Liberdade 190**
Exposição de Sara Mendes
29/11/90

— **Instituto de Estudos Sociais**
Debate sobre "Presidenciais - Significado e Efeitos"
30/11/90

— **Jornal "O Combate"**
Convite para a festa d"O Combate"
1/12/90

— **Ateneu de Coimbra**
Almoço Comemorativo dos 50 Anos de Vida
1/12/90

— **Alexandre Motchaloff**
Inauguração da exposição
7/12/90

— **Comissão Organizadora das Festas das Associações de Reformados do Concelho do Seixal**
6º Encontro de poetas populares
8/12/90
CURPIM (Comissão de Reformados, Pensionistas e Idosos de Moscavide)
Festa de Natal
15/12/90

VAMOS APRENDER BRIDGE! (11)

Analisado, que foi, o desenvolvimento do leilão na sequência duma abertura em 1ST, vamos hoje abordar a questão colocada quando o abridor tem que proferir a sua 2.ª voz, como resultado natural da resposta que o parceiro deu à abertura de 1 em naipe.

Ao abrirmos o leilão em 1♣, 1♦, 1♥ ou 1♠, e desde que o nosso parceiro não nos tenha mimoseado com um desmotivador "*PASSO*", temos que nos preparar para, ao proferirmos a nossa 2.ª voz, definirmos, em **força** e em **distribuição**, a mão que possuimos.

Não podemos esquecer-nos que uma abertura em 1♣ pouco mais diz ao parceiro senão que podemos ter 2 ou mais ♣ e de 13H ou 14DH até 23DH!

Convenhamos que é muito pouco, pelo que será a nossa 2.ª voz (a 2.ª voz do abridor) aquela que irá precisar, pelo método das aproximações sucessivas, qual **a força** e a **distribuição** do jogo do abridor.

É óbvio que quanto mais precisa for a mensagem transmitida com a 2.ª voz, relativamente aos dois items referidos, melhor e mais cedo (a nível mais abaixo) poderá o nosso parceiro começar a ter uma ideia mais aproximada do total de pontos existentes em linha e do "encaixe" (compatibilidade) que o seu jogo e o do abridor apresentam, **ou não.**

Por tudo o que dissemos resulta evidentemente que a 2.ª voz do abridor é uma voz importante no contexto do leilão.

1 — 2.ª VOZ DO ABRIDOR EM 1 EM NAIPE

A 2.ª voz será condicionada pelo tipo de mão que se possui, relativamente a:

a — Força em pontos
b — Distribuição

Quanto à distribuição vamos considerar os seguintes tipos de mãos:

— Regulares (4-3-3-3, 4-4-3-2 e 5-3-3-2)
— Unicolores (6-3-2-2-, 6-3-3-1, etc.)
— Bicolores (5-4, 5-5, 6-5, 6-4, etc.)
— Com apoio (4 cartas) no naipe declarado pelo parceiro.

1.1 — COM UMA MÃO REGULAR E SOBRE RESPOSTA EM NAIPE

Neste caso, se a voz dada pelo seu parceiro lhe permite falar ao nível 1, não deixe de anunciar o seu naipe rico de 4 cartas (se o tiver), pois que se não houver essa preocupação dificilmente se encontrarão eventuais "fits" 4-4, tão importantes para o cumprimento dos contratos ideais.

Se puder dizer 1♥ ou 1♠ não rebide em 1ST, escondendo, quiçá, o que de melhor possui.

Deixe a voz de 1ST livre para o seu parceiro! Insisto neste ponto porque é uma das situações que, infelizmente, é mais comum praticar-se à revelia dos principios básicos que deveriam nortear todos os leilões.

Se não possuir nenhum naipe rico (♥ ou ♠) de 4 cartas, então rebide em ST, de acordo com a força (H) da sua mão:

Com 13-15H, sobre uma voz de 1 sobre 1, rebide 1ST

Com 19-20H, sobre uma voz de 1 sobre 1, rebide 2ST

Com 13-15H, sobre uma voz de 2 sobre 1, rebide 2ST ou repita o seu naipe de 5 (se o tiver).

Com 19-20H, sobre uma voz de 2 sobre 1, anuncie 3ST

Vamos apresentar alguns exemplos de mãos, quais os leilões a que obrigam e que ilações se podem tirar dos mesmos, quanto à força e distribuição transmitidas ao parceiro

♠A1085
♥R73
♦A82
♣DV10

Com este tipo de mão é óbvio que abre com 1♣.

Se o seu parceiro responder 1♦, a sua 2.ª voz terá que ser 1♠. Com tal anúncio o seu parceiro ficará a saber que **não possui** 4♥ e que tem 4♠.

Duas indicações com uma única voz!

Se tiver a mão:
♠R8
♥AD109
♦V105
♣RV74

e se o leilão for:
1♣ 1♠, terá obviamente que rebidar:
1ST

Com esta voz transmite ao seu parceiro a seguinte quantidade de "informação":

— Tenho 13 a 15H e não mais, porque senão teria que abrir em 1ST ou rebidar 2ST
— Não tenho 4♠, porque se os tivesse apoiava-te.

Recebida a "mensagem" o parceiro pode, de imediato e com uma aproximação de ± 1 ponto, saber qual a força existente na linha e calcular qual o nível até onde o leilão poderá ser mantido em aberto sem grave risco de cair no pecadilho do cabide por inconsciência.

Até ao próximo número e que o PAI NATAL lhes dê um ano de 1991 com muitos sucessos, também no Bridge.

Luís Galvão

ERRATA

No número anterior d'O Referencial verificaram-se algumas gralhas no artigo sobre bridge, pelas quais pedimos desculpa aos nossos leitores, assim como ao nosso fiel colaborador Ten. Cor. Luís Galvão.

No primeiro quadro, na segunda linha da coluna da direita:
em vez de «diga 2♥ (TEXAS)»,
deve ler-se «diga 2♠ (TEXAS)»;

No segundo quadro, no cabeçalho da segunda coluna:
em vez de «correspondente»,
deve ler-se «respondente»;

No segundo quadro, coluna da direita, no segundo exemplo:
em vez de «deverá anunciar 4 »,
deve ler-se «deverá anunciar 4♠»;

Ainda no segundo quadro, coluna da direita, no terceito exemplo:
em vez de «corrigirá para 3 »,
deve ler-se «corrigirá para 3♦».

A Direcção

(Continuação da página 2)

Se a luta no interior de Timor é difícil, no exterior as dificuldades também são imensas. Os governos influentes na cena política mundial têm interesses económicos, militares ou políticos que os ligam à Indonésia. Sempre prontos a mostrarem-se quando se fala de defesa dos direitos do homem, calam-se em relação ao que se passa na Indonésia e em Timor-Leste.

Se o Parlamento Europeu, a partir de iniciativas dos deputados portugueses e de outros Estados, já condenou várias vezes os procedimentos da Indonésia e afirmou o direito do povo de Timor à autodeterminação, os Governos, **todos os Governos** destes países da Europa onde trabalhamos e vivemos, continuam cegos, surdos e mudos.

Só a opinião pública pode levá-los a mudar de atitude.

Amigos,

Nos países em que vivemos **nós fazemos parte da opinião pública.**

Nas nossas associações, nos nossos lugares de vida e de trabalho, as comunidades portuguesas na Europa estão, todos os dias, em contacto com milhões de pessoas doutras origens e nacionalidades.

Pelas nossas actividades profissionais, associativas, sindicais ou políticas estamos em contacto com Presidentes de Câmaras, deputados, dirigentes políticos ou associativos. Pessoas que são solicitadas em permanência por outras causas humanas, pessoas sensíveis ao que se passa no mundo, mas pessoas que nunca ouviram falar de Timor.

No dia 7 de Dezembro, dia de solidariedade internacional com este povo nosso irmão.

VAMOS FALAR DE TIMOR
A NOSSA VOLTA!

DISTINÇÕES

A Associação de Reformados União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social de Lisboa distinguiu a nossa Associação, assim como a pessoa do Presidente da Direcção, Ten-Cor Vasco Lourenço, com diplomas de sócios honorários, no decorrer de um almoço que se realizou em 19 de Outubro no Centro de Dia da associação.

EDITORIAL

(Continuação da primeira página)

tamente com todos os outros estrangeiros.

Não foi pois devido às intervenções do nosso representante diplomático ou às sugeridas pressões governamentais. Como é óbvio para quem o quiser reconhecer, o governo iraquiano tem demonstrado ligar pouco a esse tipo de acções, e ainda menos quando vindas de um país pequeno e pouco influente como o nosso.

Os verdadeiros reféns do Iraque eram os norte-americanos, os ingleses, ou outros nacionais de países que participam activamente no bloqueio decretado pelas Nações Unidas. Os outros foram utilizados para alcançar efeitos propagandísticos, sempre que qualquer personalidade minimamente simpática ao regime iraquiano, ali se deslocou para trazer consigo alguns dos seus compatriotas.

É pelo menos triste que se tenha querido retirar dividendos da libertação dos portugueses, quando para tal pouco se influiu, o que não quer dizer que não tivesse sido tentado tudo o que nas circunstâncias era possível fazer. Não se critica a falta de capacidade, perfeitamente compreensível e desculpável, mas sim a falta de pudor.

(Continuação da página 4)

missões que lhe foram atribuídas merece, pelo seu espírito de sacrifício e pelo seu querer de bem servir as causas do Movimento das Forças Armadas, é aqui louvado, pois todo o esforço que lhe foi exigido, transcende o que até aqui, era humanamente possível conseguir.

O COMANDO DO M.F.A./E.P.I

- **Aurélio Manuel Trindade**
  Major de Inf.ª
- **Jorge Manuel Silvério**
  Capitão de Inf.ª
- **Rui Martins Rodrigues**
  Capitão de Inf.ª
- **Carlos Alberto Frias Barata**
  Tenente de Inf.ª
- **António da Silva Fernandes**
  Tenente de Inf.ª

ANEXOS

Doc. A. — Comportamento do pessoal militar

OS CRAVOS NÃO MURCHAM!

Um cravo quando é vermelho
E vem da alma do Povo,
Nunca morre ou chega a velho,
É um cravo sempre novo!

À nossa porta batera
Com uma esp'rança na mão,
Foi o Sol da Primavera
Que lhes abriu o botão!

A terra lhe deu raíz,
Plantada num velho horto,
Era a esp'rança dum país
Que há muito estava morto!

Era rubro como a chama
Cantava trovas e hinos
O canteiro era a cama
D'outros cravos pequeninos!

O Jardineiro, coitado,
Aquele que o fez nascer,
Era bom, mas descuidado
Quási que o deixou morrer!

A haste que era verdinha
Curvou-se para a direita,
Bateu-lhe uma chibatinha
Que andava por alì à'espreita!

Jardineiro podes crer
Que as raízes sempre puxam,
Pode a chibata bater,
Mas os cravos nunca murcham!

Fui um dia ao Alentejo
Ouvir o povo cantar,
E vi mais que aqui não vejo,
Com tantos cravos no ar!

Ó triste Reforma Agrária
Tu vê bem p'ra onde cais,
Que a Direita é a malária
Que apodrece os teus trigais!

Na coragem dos teus bravos
Portugal nasceu de novo,
Porque o vermelho dos cravos
Está já no sangue do povo!

Meu Alentejo de sonho,
De ceifeiras a cantar,
Se agora andas tristonho,
A alegria há-de voltar!

Um dia, terra que eu amo,
Com teus moços e moçoilas,
Tu serás um lindo ramo
Só de cravos e papoilas!

Maria Nelson